

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO.....	5
APRESENTAÇÃO.....	7
NOTA DA EDIÇÃO.....	13
INTRODUÇÃO.....	21
1. PODER POLICIAL NO ESTADO DE DIREITO.....	27
1.1. Estado de Direito e Estado de Polícia.....	29
1.2. Sistema de estrita legalidade e sistema de disciplina.....	37
1.3. Poder policial no Estado de Direito.....	39
1.4. Poder policial e poder punitivo na dogmática jurídica.....	41
1.5. Poder policial à luz da <i>nulla coatio sine lege</i>	49
1.6. Controle do poder policial no contexto brasileiro.....	53
2. DIREITOS FUNDAMENTAIS NO ESPAÇO PÚBLICO URBANO.....	59
2.1. Atributos da copresença no espaço público urbano.....	61
2.2. Privacidade, liberdade e diferença: direito de ser deixado em paz.....	64
2.3. Direito à segurança e segurança de direitos.....	68
2.4. Preservação da ordem pública e gerenciamento da copresença.....	71
2.5. Critérios jurídicos e extrajurídicos de suspeição.....	82
2.6. Abordagem policial coercitiva: primeira mitigação do estado de inocência.....	90
2.7. Busca pessoal: restrição de direitos e função punitiva latente.....	95
2.8. Conclusão parcial: uma síntese.....	100
3. A BUSCA PESSOAL NA ROTINA DAS POLÍCIAS BRASILEIRAS.....	103
3.1. A polícia no Brasil do século XIX: a estratégia de suspeição generalizada.....	103
3.2. A busca pessoal como expediente de rotina do policiamento ostensivo-preventivo.....	110
3.2.1. A desconcentração.....	114

3.2.2. O descontrolo.....	120
3.2.3. A ineficiência	123
3.3. Busca pessoal como instrumento de repressão ao tráfico: “enxugando gelo”	128
3.4. Os alvos cotidianos da busca pessoal	133
3.5. Do faro à dura: o tirocínio policial	139
3.6. Os alvos cotidianos da suspeição policial.....	146
3.7. Indivíduo suspeito ou atitude suspeita?	152
3.8. Efeitos colaterais da seletividade discriminatória	156
3.9. Conclusão parcial: o “pior desempenho possível”	160
4. A BUSCA PESSOAL NO DIREITO BRASILEIRO.....	163
4.1. Definição de busca (e apreensão).....	164
4.2. Busca domiciliar e busca pessoal	166
4.3. Extensão da busca pessoal	168
4.3.1. Revista íntima	168
4.3.2. Acesso a dados de aparelhos eletrônicos.....	172
4.4. Natureza jurídica.....	175
4.5. Hipóteses de cabimento	181
4.5.1. Busca pessoal “incidental”.....	182
4.5.2. Busca pessoal “autônoma”	182
4.5.3. Mandado prévio	184
4.5.4. Busca pessoal e prisão em flagrante	185
4.6. As “fundadas razões” e a “fundada suspeita”	187
4.7. A fundada suspeita como sinônimo de indício.....	192
4.8. O objeto da suspeita e a finalidade da busca: uma correlação.....	197
4.8.1. A desvirtuação da suspeita: da “fundada suspeita” (de posse de corpo de delito) à “atitude suspeita”.....	199
4.8.2. A desfuncionalização da busca: de medida processual probatória a medida de polícia preventiva	202
4.9. A busca pessoal como medida preventiva	205
4.10. A busca pessoal no Projeto de Código de Processo Penal.....	212
4.11. Conclusão parcial: não aplicação seletiva da lei	214
5. O CONTROLE JUDICIAL DA BUSCA PESSOAL NO BRASIL	219
5.1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	221
5.1.1. O primeiro “precedente” (HC 81.305/GO)	221
5.1.2. Os acórdãos posteriores.....	223

5.2.	A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça	225
5.2.1.	Os primeiros acórdãos.....	225
5.2.2.	O acórdão-paradigma atual: o RHC 158.580/BA	228
5.2.3.	Os acórdãos posteriores ao RHC 158.580/BA: alguns “casos-tipo”	231
	a) Denúncia anônima	233
	b) Tentativa de fuga	235
	c) Nervosismo	236
	d) Arremesso ou abandono de objeto	238
	e) Ponto conhecido de tráfico.....	238
	f) Veículo em alta velocidade ou na contramão	239
	g) Caracteres pessoais do investigado.....	240
	h) Atitude suspeita genérica (não especificada).....	240
	i) Outras condutas e circunstâncias (especificadas).....	241
	j) Guarda Municipal	243
5.3.	Conclusão parcial: um longo caminho	244
6.	BUSCA E APREENSÃO (SEARCH AND SEIZURE) E ABORDAGEM E REVISTA (STOP AND FRISK) NO DIREITO AMERICANO	247
6.1.	Direito comparado e transconstitucionalismo: observações introdutórias.....	249
6.2.	A Quarta Emenda à Constituição dos EUA	252
6.2.1.	Extensão do direito	254
6.2.2.	Mandado prévio	255
6.2.3.	Causa provável	257
6.2.4.	Consequência da violação: a exclusionary rule.....	258
6.3.	A <i>stop and frisk</i>	261
6.3.1.	O caso Terry v. Ohio (1968).....	261
6.3.2.	Os casos-irmãos	264
	a) O caso Sibron v. New York (1968)	264
	b) O caso Peters v. New York (1968)	266
6.3.3.	Precedentes posteriores da Suprema Corte.....	267
	a) Precedentes relativos à stop	267
	b) Precedentes relativos à frisk.....	270
6.4.	O impacto de Terry v. Ohio: reflexões e inflexões.....	272
6.4.1.	Controle judicial e controle interno da stop and frisk	279
6.4.2.	A stop and frisk e a doutrina do uso progressivo da força	281
6.5.	Os quatro tipos de abordagem policial segundo a Corte de Apelações de New York.....	282

6.6.	O caso Floyd <i>et al.</i> v. City of New York <i>et al.</i> (2013)	286
6.7.	Os efeitos da decisão do caso Floyd: as estatísticas do NYPD	291
6.8.	Conclusão parcial: um breve cotejo	297
7.	UMA PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO E CONTROLE DA BUSCA PESSOAL	301
7.1.	A classificação: duas espécies de busca pessoal	302
7.1.1.	Busca pessoal probatória	302
a)	A urgência como fundamento da dispensa de mandado	303
7.1.2.	Busca pessoal inibitória	311
a)	Extensão da busca pessoal inibitória	314
b)	Busca inibitória (especial) e busca preventiva (geral): uma diferenciação	315
7.2.	Mecanismos de controle: breves apontamentos	318
7.2.1.	Registro	318
7.2.2.	Transparência	320
7.2.3.	Controle interno	322
7.2.4.	Controle externo	323
7.2.5.	Controle judicial	324
8.	UMA PROPOSTA DE STANDARD PROBATÓRIO PARA MEIOS INVASIVOS DE OBTENÇÃO DE PROVA	327
8.1.	Os <i>standards</i> probatórios e a distribuição do risco de erro	328
8.2.	Premissas de um <i>standard</i> probatório para a investigação preliminar	332
8.3.	Um <i>standard</i> probatório para meios invasivos de obtenção de prova	336
a)	A mínima corroboração da hipótese investigada	338
b)	O exaurimento das medidas não invasivas ou menos invasivas	341
8.3.1.	Requisitos cumulativos eventuais: cabimento e formalidades legais	343
8.4.	Os elementos da inferência probatória: desdobrando a mínima corroboração	344
8.4.1.	Controle da motivação e controle da prova do motivo	346
8.4.2.	Câmera corporal como elemento mínimo de confirmação do indício	347
8.5.	Aplicação do <i>standard</i> proposto à busca pessoal a alguns casos-tipo	354
a)	Denúncia anônima	357
b)	Tentativa de fuga	357
c)	Nervosismo	359

d) Arremesso ou abandono de objeto	360
e) Ponto conhecido de tráfico	361
f) Veículo em alta velocidade ou na contramão	362
g) Caracteres pessoais do investigado	363
h) Atitude suspeita genérica (não especificada).....	364
8.6. Síntese conclusiva	365
CONCLUSÃO	369
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	375